

I Editorial

A presente edição da revista *Epidemiologia e Serviços de Saúde* aborda quatro temáticas de grande relevância para a epidemiologia, a prevenção e o controle de doenças: a prevalência da hipertensão arterial no Brasil; o relacionamento entre bases de dados dos sistemas de informação de mortalidade e de internação hospitalar; as características da internação hospitalar na população idosa; e a produção e disseminação de manuscritos científicos.

Dois artigos abordam os temas da alta carga das doenças crônicas não transmissíveis e do impacto nos serviços de saúde causados pelo rápido envelhecimento populacional, vivenciados nas últimas décadas no Brasil.

O artigo intitulado “*Hipertensão arterial no Brasil: estimativa de prevalência a partir de estudos de base populacional*”¹ apresenta uma revisão crítica dos estudos de base populacional que estimam a prevalência de hipertensão arterial (HA) no país, publicados a partir do ano de 1990 e recuperados nas bases LILACS e Medline. Seus autores identificam e selecionam 13 estudos publicados, em sua grande maioria relativos às macrorregiões Sul e Sudeste. Entre os principais resultados apresentados nessa revisão, destacam-se a prevalência média de 20% de hipertensão arterial na população adulta, com tendência de elevação nas faixas de idade mais avançadas, e a associação da HA com condições socioeconômicas (como a baixa escolaridade), com história de antecedentes familiares, com outros agravos (a obesidade e o diabetes, por exemplo), com hábitos de vida (o tabagismo, o consumo de álcool e a inatividade física, principalmente) e com alterações metabólicas (como as dislipidemias). O estudo chama a atenção para a pouca abordagem dos aspectos relacionados ao conhecimento da população sobre a condição de hipertenso, bem como ao tratamento e controle da HA. Do ponto de vista da relevância para a Saúde Pública, o artigo destaca-se por abordar a magnitude do problema da HA no Brasil, apesar de pouco conhecida nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a importância da abordagem da HA de forma integrada com os demais fatores relacionados às doenças crônicas não transmissíveis, especialmente as cardiovasculares, e a importância de aprofundar os aspectos de acesso ao tratamento e de controle da HA no âmbito dos serviços de saúde.

Outro artigo apresentado nesta edição, “*Assistência hospitalar à população idosa em cidade do sul do Brasil*”,² traz uma análise da expressiva proporção das pessoas com idade acima de 60 anos no conjunto das internações hospitalares financiadas pelo SUS. Trata-se de um estudo transversal sobre as características das autorizações de internação hospitalar entre a população idosa do Município de Londrina, Estado do Paraná, e suas implicações para o Sistema Único de Saúde (SUS) em termos de número de internações e de dias de permanência, e seus custos para o sistema. Os resultados do estudo mostram o maior peso de internações da população acima de 60 anos de idade, proporcionalmente ao total das internações realizadas e à sua distribuição populacional por idade, além dos principais grupos de causas e das patologias específicas responsáveis por essas internações. O estudo chama a atenção para o impacto do envelhecimento populacional no sistema de saúde e a urgente necessidade de reorganização dos serviços de saúde, para a atenção à população acima de 60 anos de idade, e de reorganização do modelo assistencial, mediante a priorização das ações de promoção da saúde e de prevenção primária, no sentido de proporcionar um envelhecimento ativo e promover modos de viver mais saudáveis.³

A leitura de ambos os estudos reafirma a necessidade de primazia das ações de vigilância das doenças crônicas não transmissíveis e de seus fatores de risco, bem como de desencadear intervenções de prevenção de doenças e de promoção da saúde efetivas, atuantes sobre os fatores determinantes e sobre os fatores de risco comuns às várias patologias, como o sedentarismo, a alimentação inadequada, o tabagismo, as altas proporções de não-deteção e não-tratamento adequado da hipertensão arterial, entre outros.⁴

O texto “*Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a periódicos biomédicos: escrevendo e editando para publicações biomédicas*”⁵ é uma tradução para o idioma Português da publicação do Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos (ICMJE), originalmente apresentada no seu sítio na internet. A revista apresenta a seus leitores a edição em Português de um documento completo de sistematização e padronização de como produzir, avaliar e disseminar a produção de conhecimento científico por meio de revistas dedicadas a relatos desse caráter, desenvolvidos nas áreas biomédicas e da Saúde Pública. O documento aborda os seguintes

temas gerais: (i) aspectos éticos na produção de artigos – autoria, colaboração, editoração, revisão, conflito de interesses, privacidade e sigilo, proteção de seres humanos e animais em pesquisas –; (ii) questões editoriais relevantes, como publicação de estudos com resultados negativos, correções, retratações e advertência, direitos autorais, publicações múltiplas, duplicadas e concorrentes, publicações temáticas e eletrônicas, anúncios, relação entre as revistas médicas e os meios de comunicação, obrigação do registro dos ensaios clínicos; e (iii) orientação aos autores sobre como elaborar um manuscrito de forma a ser claro, objetivo e qualificado na abordagem de todos os seus passos e conteúdos – resumo e palavras-chave, introdução, metodologia, resultados, discussão, referências, tabelas e figuras –, como também a forma de submetê-lo ao periódico.

O artigo “*Método de relacionamento de bancos de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e das autorizações de internação hospitalar (BDAIH) no Sistema Único de Saúde (SUS), na investigação de óbitos de causa mal-definida no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 1998*”⁶ apresenta um método de relacionamento entre duas bases de dados: informações de mortalidade; e informações de internação hospitalar. No atual contexto de rápidos avanços na capacidade de processamento dos microcomputadores e de desenvolvimentos de aplicativos que possibilitam o relacionamento entre várias bases de dados, é grande o potencial para validação, correção e ampliação das informações que a análise isolada de cada base possibilita. Amplia-se, ainda, o potencial de análises epidemiológicas de tendências e de avaliação de fatores de riscos.

Em síntese, os artigos apresentados trazem contribuições relevantes para os profissionais de saúde e gestores do SUS nos campos da produção do conhecimento, da análise de situação de saúde – no que se refere às doenças crônicas não transmissíveis – e do desenvolvimento de metodologias voltadas para potencializar o uso dos sistemas de informações existentes.

Otaliba Libâneo
Diretor do DASIS/SVS/MS

Referências bibliográficas

1. Passos VMA, Assis TD, Barreto SM. Hipertensão arterial no Brasil: estimativa de prevalência a partir de estudos de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2006; 15(1):35-45.
2. Martin GB, Cordoni Júnior L, Bastos YGL, Silva PV. Assistência hospitalar à população idosa em cidade do sul do Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2006; 15(1):59-65.
3. World Health Organization. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
4. World Health Organization. Preventing chronic diseases: a vital investment. WHO Global Report. Geneva: World Health Organization; 2005.
5. Comitê Internacional de Editores de Periódicos Biomédicos. Requisitos uniformes para manuscritos submetidos a periódicos biomédicos: escrevendo e editando para publicações biomédicas [Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and editing for Biomedical Publication]. Trad. Ermenegildo Munhoz Junior. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2006; 15(1):7-34.
6. Teixeira CLS, Bloch KV, Klein CH, Coeli CM. Método de relacionamento de bancos de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e das autorizações de internação hospitalar (BDAIH) no Sistema Único de Saúde (SUS), na investigação de óbitos de causa mal-definida no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 1998. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2006; 15(1):47-57.